

Ata nº 05/2019 - COMUM - Reunião Ordinária - Às dezesseis horas do dia dois de maio de dois mil e dezenove, reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada na rua 1822, nº 1510, Centro de Balneário Camboriú – SC, em reunião ordinária, os(as) seguintes **conselheiros(as), do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMUM**: Potyra Najara Vieira Macedo Borba (Titular/Fundação Cultural); Mauria Dalmas da Silva (Suplente/Fundação Cultural); Aldanice Martins Dudek (Suplente/Gestão-SDIS); Ketlin da Rosa Talevi (Titular/Secretaria de Articulação Governamental); Andrea Arianna Hostins (Suplente/Secretaria de Gestão Administrativa); Huanita Radke (Titular/Conselho Tutelar); Katia Rejane Gonçalves Ferrando (Titular/OAB); Patricia Nicodemus Valenzuela (Suplente/OAB); Geonete Maria Bernardi A. Peiter (Suplente/ACESA) e Mariene de Sena Silva (Meny) (Titular/CAAP). **Justificaram sua ausência**: Jeruza Marttini (Titular/NAM); Patrícia Castellem Strebe (Titular/Biblioteca Comunitária Bem Viver); Fabiana Lahmkuhl (Titular/Tecendo Direitos); Maristela Koche Rigueira (Titular/Rede Feminina de Combate ao Câncer) e Joseane de Souza (Titular/Psicointerage). Contando com a presença de **outros representantes**: Rosângela (Câmara de Vereadores); Márcio (Câmara de Vereadores); Graziela (Anjos da Vida) e Daniella (Instituto de Psicologia Sentir). Sendo as dezesseis horas e dez minutos Presidente Meny cumprimenta as conselheiras e dá início à reunião e agradecendo a presença dos visitantes. Após, se apresenta ao grupo e informa que estão neste dia com sete conselheiras e que, para ter quórum deveria ter nove, para o qual será falado a respeito dos últimos acontecimentos, para ciência e não haverá deliberações. Na sequência passa a palavra aos convidados para que se apresentem e logo todos se apresentam ao grande grupo. Após, Presidente procede à leitura da pauta: 1. **Apresentação dos dados da PM da Rede Catarina**; 2. **Avaliação das ações do mês de abril**; 3. **Programa Abraço à Mulher**; 4. **Visita da Ministra Damares**. No que diz respeito ao **primeiro item da pauta** referente à **Rede Catarina**, Presidente Mariene informa que não poderão comparecer por estarem envolvidas no PROERD. Conselheira Ketlin informa que foi encaminhado o e-mail com um mês de antecedência e foi feita visita ao Comandante no Batalhão, sendo feita a solicitação. Representante da OAB informa que a última vez que estiveram apresentando o Projeto OAB por Elas lá, eles apresentaram esses dados e que lá eles tem um painel e eles detectam onde têm os casos disk denúncia. Presidente fala da importância em terem logo a Patrulha Maria da Penha institucionalizada e em articulação com a Rede Catarina. Ketlin esclarece que a Rede Catarina tem a parte que faz a abordagem com a mulher, que são as mulheres, tem o controle das medidas protetivas, que são policiais que passam na casa do autor da violência, sendo um projeto relativamente novo (máximo um ano) em Balneário Camboriú, e no Estado há mais tempo. Presidente Meny informa que vai vir um aplicativo que vai ter dois botões do Pânico, um para qualquer cidadão acessar e outro para Lei Maria da Penha, exclusivo para a vítima que tem medida protetiva e vai ser acionada a viatura que estiver mais próxima, sendo por georreferenciamento. Conselheiras sugerem que a próxima reunião ordinária do COMUM seja feita no Batalhão, para o qual Presidente Meny irá falar com o Coronel Alexandre. Passa-se ao **terceiro item da pauta**, referente ao **Programa Abraço à Mulher**. Presidente informa que participaram de uma reunião na Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, com vários



atores da rede: COMUM, OAB, Secretaria da Saúde, (faltou Educação) e, nessa reunião foi debatido como ia ser feito, e tinha a questão dos eixos para formação de grupos de estudos e foi formado um grupo de whatsapp, e a próxima reunião será no dia três de junho, aqui na Casa dos Conselhos. Manifesta que a dúvida foi referente ao fluxo dos atendimentos do Abraço à Mulher e ficaram em fazer avaliação das demandas e avaliação deste primeiro mês no dia três de junho, e elas estariam atuando com protocolo referente ao fluxo de atendimento conforme fora apresentado para nós. Conselheira Ketlin acrescenta que o Abraço à Mulher vai ser um elemento dentro do Plano e que precisa ser bem feito e em forma coletiva, portanto os grupos vêm para ajudar. Conselheira Alda fala que vai sendo ajustado conforme a demanda e que a intenção é que ele se perpetue pois vai ser muito bom e vai ajudar muitas mulheres. Conselheira Ketlin explica que se for aprovado pela Câmara como um Plano, será mais fácil de ser cobrada sua aplicação dentro da Política da Mulher. Conselheiras concordam que a demanda é alta. São citados exemplos de mulheres que já estão procurando a Secretaria, Delegacia e Conselho Tutelar a partir da divulgação que foi feita. Conselheiras falam na dificuldade de algumas mulheres vítimas de violência de falar sobre o problema que estão enfrentando. Após Alda fala a respeito dos atendimentos feitos nestes dias. Informa que está observando que trata-se de mulheres muito novas, dezenove, vinte, vinte e dois anos, e fala do atendimento feito a uma mulher de trinta e quatro anos, com seis filhos e grávida, ela precisava viajar e o companheiro tomou seus documentos, para o qual chegaram frente ao Delegado para registrar um Boletim de Ocorrência de perda de documentos e o Delegado, fez de mau gosto e de mau jeito pediu para tirarem essas crianças da frente dele. Conselheira Ketlin fala na necessidade de começar a pegar o nome e começar a denunciar e, para que o conselho puder dar um respaldo, seria legal, cada vez que houver uma situação semelhante, que seja registrado o nome e horário e seja trazido para o conselho para fazer o registro em ata e notificar. Conselheira manifesta que uma coisa é o companheiro ser violento e bater na mulher e outra coisa é o Estado violentar essa mulher. Conselheira explica que ela já está sensível e precisa ser acolhida. É informado que na DPCAMI os Delegados responsáveis estão tentando humanizar a Delegacia, para que quando a mulher for atendida se sinta acolhida. É sugerido que, feitos os registros, seja colocado que não está funcionando sem ser na DPCAMI, e que o conselho recebeu x denúncias e reclamações pelo atendimento lá fora de horário comercial, por isso é necessário que a DPCAMI volte a atender fora de horário, mas para isso precisa de registro, porque só falar não resolve. Presidente explica que normalmente acontece de noite, de madrugada. Conselheira Alda relata que, foram chamadas por um vizinho para atender um caso na Rua Libéria, para o qual acionou a GM e quando ela chegou no local já estavam a GM e a PM, com um atendimento para a vítima, fantástico, sendo muito atenciosos e muito preocupados com a situação dela e das crianças. Passa-se então ao **quarto item da pauta**, referente à **visita da Ministra Damares**. Presidente Mariene fala que teve reunião extraordinária referente à visita da Ministra, e a Secretária nos falou que teríamos uma agenda com ela e ficou combinado que entregaria-mos o nosso Relatório da Conferência que tem diretrizes para um Plano e para ciência da Ministra da realização da Conferência. Presidente lembra que a postura com a



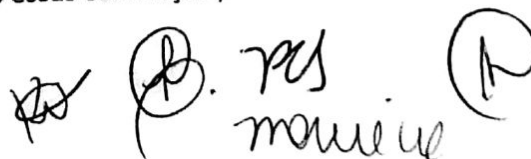
Handwritten signatures and initials, including the word "marlene" written vertically.

Ministra será de diálogo, independente de concordar ou não com algumas falas da mesma. Na sequência procede à leitura da carta que foi entregue à Ministra a qual apresenta alguns dados e algumas considerações no que diz respeito à Política relacionada à Mulher, ressaltando a necessidade de desenvolver políticas públicas específicas para a mulher, a fim de reparar os inúmeros direitos negados e a injustiça social para com as mulheres. Sendo enviado anexo o Relatório da Conferência no qual constam as diretrizes. Presidente informa que foi muito bem atendida pela Ministra, a qual ficou surpresa pela apresentação do relatório e ela se comprometeu a destinar verbas para a construção da Casa da Mulher Brasileira aqui em Balneário Camboriú, sendo um programa que tinha por praxe construir nas capitais e Santa Catarina não tem ainda porque não deu certo em Florianópolis. Meny acrescenta que o Prefeito Fabrício afirmou que tem o terreno. Conselheira informa que fica localizado próximo à Casa da Sogra. Presidente explica que dentro dessa Casa a mulher poderá desde prestar o BO até ser acolhida. Conselheiras questionam qual o valor, para o qual é esclarecido que depende do porte, e depende da demanda. Representante da Secretaria de Inclusão esclarece que a princípio seria só a Casa da Mulher, um espaço onde seriam oferecidas oficinas, cursos, e capacitação para o mercado de trabalho, (tudo que funcionava na Secretaria da Pessoa Idosa e o Dr. Rosan não quis mais que funcionasse lá). Conselheira Ketlin esclarece que ela entende que, pensando na Política de Assistência Social, vai ser um Centro de Convivência, para fortalecimento de vínculos, então ele não tem público, porque não vai ser um equipamento especializado, porque a política nacional da mulher preconiza os equipamentos especializados e os não especializados, então essa casa não vai ser um equipamento especializado, se tratando então de Atenção Básica, para prevenir as vulnerabilidades. Explica que a Casa da Mulher Brasileira já é Média e Alta Complexidade, quando já houve a violação de direitos e esse espaço é para evitar a violação de direitos. Alda explica que ela vai aprender uma profissão para ter sua autonomia e informa que alguns cursos serão feitos no SENAC e outros na Secretaria de Inclusão. Conselheira Mauria questiona a possibilidade de descentralizar o local de realização dos cursos por causa da dificuldade do deslocamento alegando, em qualidade de Presidente de Associação de Bairro que, o maior índice de violência acontece nos lugares mais afastados, para o qual Alda informa que também vai ter na Rua 2850, no novo endereço. É esclarecido que o terreno ao qual Alda está se referindo era a Capela Mortuária do Bairro dos Municípios, a qual não está mais sendo utilizada porque foi invadida, roubada, com o qual tem todo o terreno e a estrutura da capela. Ketlin informa que algum tempo atrás, quando funcionava a Casa da Criança, pensou-se em construir a Casa da Mulher no espaço anexo, mas fala na necessidade da Casa da Mulher ser um local muito bem protegido para evitar invasão e do perigo de colocar esses dois públicos vulneráveis juntos. No que diz respeito ao Processo de Reordenamento do Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Ketlin informa que foi licitada a primeira ala que é para a criança, depois vai ter outra ala para adolescentes. Presidente Meny fala que, em reunião com a Secretária de Inclusão foi falado na realização da visita ao terreno e, na hora da chegada da verba do conselho ir junto e irá conversar com ela quais os terrenos e tentar trazer para a próxima reunião. Conselheira Patrícia, fala que apresentaram o projeto OAB por elas para a



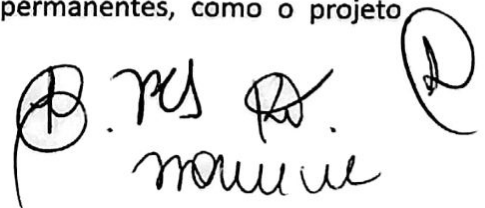
mauria

Ministra e falaram da importância da Casa da Mulher Brasileira. Conselheiras falam a respeito da Casa da Mulher Brasileira em Brasília, a qual tinha uma estrutura muito boa e contava até com parceria com ônibus que levava a mulher para ela poder dar entrada no pedido. Conselheira informa que a conferência nacional da mulher foi feita no dia em que Dilma sofreu o impeachment. Presidente informa que em Curitiba funciona a Casa da Mulher Brasileira e também a Patrulha Maria da Penha, com nenhuma ocorrência de feminicídio. Na continuidade a Presidente fala sobre o evento do CEDIM, realizado na AMFRI, ao qual compareceu com as conselheiras Huanita e Ketlin. Presidente passa a palavra à conselheira Ketlin para falar sobre o evento. Ketlin esclarece que CEDIM é o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, começou as mobilizações para a Conferência, inclusive Meny cobrou da Ministra, e ela falou que vai sair a Conferência este ano, que foi chamada já o ano passado via Decreto e a Ministra informou que estão finalizando a documentação e foram no CEDIM na parte da tarde e a informação foi a mesma. Falaram com a conselheira nacional Rosaura a qual informou que estão concluindo o Regimento Interno da Conferência para poder lançar a documentação para realização, neste ano das municipais e estaduais e no início do ano que vem a nacional. Informa que temos somente vinte e oito conselhos municipais no Estado de Santa Catarina, e em 2015, quando realizada a Conferência tinha trinta e um. Esclarece que a Conferência deve ser organizada em parceria com a Secretaria de Assistência Social em parceria com o Conselho da Mulher. Presidente Meny espera que até o mês de junho possamos ter o documento norteador para poder organizar a Conferência Municipal provavelmente no mês de novembro, para o qual considera importante ir pensando local de realização e criar uma Comissão da Conferência, para organização da Pré-Conferência. É sugerido o espaço da Câmara de Vereadores, mas é lembrado da dificuldade que tiveram nesse espaço para formar os grupos para trabalhar os eixos, sendo que irão padronizar as conferências com três eixos, para o qual iremos precisar de três salas. Ketlin sugere que seja realizada em um dia e meio. Presidente sugere iniciar numa sexta-feira à noite, com a aprovação do regimento e no sábado ir direto para os eixos no período matutino e a apresentação e conclusão no período vespertino, com a **aprovação de todas as conselheiras presentes**. É sugerido o espaço da Faculdade Avantis. Após, é formada a **Comissão da Conferência**: Katia, Ketlin, Huanita, Mariene. Ketlin sugere que fiquem com estes nomes por enquanto e que depois seja publicado via decreto. Presidente Meny fala na importância de trabalhar as pré-conferências nos CRAS. Conselheira questiona se a AMFRI apresentou alguma coisa, para o qual Presidente Meny informa que eles apresentaram datas de eventos, em outubro vai ter uma formação sobre "Enfrentamento a todas as formas de violência", mas ainda não foi definido o local, e em novembro "Segundo Seminário de Políticas para Mulheres e Mulheres na Política" em parceria da FECAM com o CEDIM. Ketlin informa que no primeiro seminário que foi em Bombinhas nosso conselho foi convidado e foi um dos que apresentou e foi questionado o que o conselho estadual está fazendo para fomentar, fala que foi feita a colocação que deveriam ser chamadas as Presidentes dos Conselhos para participar e discutir um Plano de Ação do Conselho Estadual. Presidente Meny sugere um Colegiado de Presidentes dos Conselhos da Mulher. Ketlin informa que foram feitas essas cobranças para eles lá. Passa-se



Handwritten signatures and initials, including "P. Meny" and "Mariene".

à análise da fala do Presidente Bolsonaro: "O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias. Se alguém quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique a vontade". Conselheiras falam que durante anos Brasil foi visto como lugar de turismo de exploração sexual. A imagem que estava sendo passada para o exterior estava sendo combatida e com essa fala se retoma algo que estávamos conseguindo desassociar, motivo pelo qual as conselheiras acham importante se posicionarem. Conselheira Ketlin afirma que não podemos chamar o turista para vir fazer sexo no Brasil, em nenhum contexto. Pode se dizer "venha apreciar nossas belezas naturais". **Encaminhamento: Moção de Repúdio** a esse posicionamento e Ofício pedindo um posicionamento da nossa Prefeitura e Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú, porque Balneário Camboriú tem muita exploração sexual, inclusive de criança. Conselheira Ketlin sugere questionar o Conselho de Turismo que está sendo reformulado agora, o qual deve se posicionar. É sugerido fazer uma campanha, fazer um panfleto. Representante Graziela, se disponibiliza para criação da arte da campanha. Assuntos gerais: Presidente informa que o pessoal do Conselho da Mulher de Porto Belo e outros conselhos das mulheres estão fazendo moções de apelo contra a extinção da Coordenadoria Especial da Mulher. Conselheira Ketlin explica que no Estado temos a Coordenadoria Estadual da Mulher que é vinculada à Secretaria de Assistência Social e essa Coordenadoria foi a que ajudou a realizar a última conferência e a desenvolver planos e eles agora com a reforma administrativa do Estado, estão querendo extinguir, mas é o único órgão que dá suporte tanto para o Conselho Municipal quanto para desenvolver políticas na área, o que significa que a extinção não gera nenhuma economia e sim desarticulação, inclusive esses eventos de FECAM com CEDIM é a Coordenadoria articulando a Rede, então é em Defesa da Coordenadoria. Conselheiras acrescentam que a nossa luta já era termos uma Coordenadoria Municipal, aqui no nosso município, e isso foi muito pedido na Câmara, e está prevista na reforma administrativa a Coordenadoria da Mulher. Ketlin informa que, na carta que o Conselho entregou para todos os Prefeitos, tinha a Coordenadoria prevista e o Vice-prefeito assinou como compromisso de campanha e as cartas originais ficaram todas na OAB, sendo que todos os candidatos a Prefeito assinaram esse compromisso com o Conselho da Mulher e esta semana saiu de diligência e foi despachado para as comissões, nas quais está tramitando. Ketlin informa que é o Projeto de Lei (Complementar) Nº 15 de 2018 e que pode ser baixado na íntegra e ser visto o status em que ele está e, quando for para votação precisam acompanhar a sessão. Presidente Mariene coloca em deliberação a moção de apelo contra extinção da Coordenadoria, sendo aprovado por unanimidade. Após, Presidente informa que os conselhos estão manifestando apoio à emenda aditiva apresentada no Projeto de Lei Complementar 08 de 2019 pela Deputada Luciana Carminatti, que determina que a existência da Coordenadoria Estadual da Mulher permaneça prevista em lei e que a sua continuidade não possa ser revogada pelo Governador do Estado, criada como Lei Complementar a Coordenadoria da Mulher propõe políticas públicas em casos de violência doméstica, promove atendimento multidisciplinar, disponibiliza profissionais das áreas de Serviços Sociais, Psicologia, Direito, Segurança Pública orientando de forma adequada e humanizada, além disso possui propostas de campanhas permanentes, como o projeto


Mariene

Mulheres e Cidadania, e o Pacto Estadual Maria da Penha, e considerando o atual contexto de violência contra a mulher no Estado, com estatísticas alarmantes de feminicídio, seria o caso de fortalecer a Coordenadoria e não extingui-la. É deliberado dar apoio também à emenda aditiva supracitada. É sugerido formar uma comissão e ir até a Câmara, na Assembléia Legislativa, e fazer o pedido não só para as mulheres pois passa a ser uma questão de Saúde Pública. É deliberado fazer isso e tentar ir na ALESC, para o qual será solicitado transporte à Secretaria de Inclusão. Conselheira Ketlin sugere que seja feito um dia em que tiver reunião do CEDIM, para uma parte ir na reunião do CEDIM e a outra parte ir no Gabinete. Falando também com alguns deputados. Após, Presidente Mariene informa que o Conselho da Mulher de Rio do Sul faz formação dos jovens e eles também tem o Conselho Mirim da Mulher, e acha interessante formar uma comissão de formação, principalmente para trabalhar a prevenção, para estar indo nos grupos dos CRAS, na Biblioteca Bem Viver, para o qual Presidente informa que já conversou com as coordenadoras dos CRAS. Conselheira Mauria manifesta que precisa do Conselho da Mulher nos bairros pois são muitos os casos de violência à mulher. Presidente afirma que podem entrar nos CRAS e nas Associações de Bairros, pois o conselho não pode ficar só aqui em reunião. No que diz respeito às mulheres dos bairros que estão precisando de apoio, conselheira Alda fala sobre o programa Abraço à Mulher no qual poderão ter atendimento psicológico e acompanhamento sigiloso. É sugerido formar o COMUM Mirim com adolescentes, buscando nas escolas, nos grêmios estudantis. São sugeridas algumas ações conjuntas, que deverão ser desenvolvidas nos CRAS. Conselheiras falam a respeito do projeto BAIRRO VIVE, que é a união de vários esforços para dar vida para o bairro. Na praça da integração do Bairro dos Municípios, domingo 26 de maio, a partir das 13 horas, será feito um movimento cultural, com música, feira, voluntariado, grafite, e o COMUM poderia participar com uma roda de conversa. Vai ter muitas atrações para as crianças. Podem ser utilizadas as feiras para rodas de conversa. Presidente sugere aproveitar as feiras dos sábados também para ações do COMUM. Conselheiras sugerem um bazar ou feira de trocas. Presidente informa que **o último ponto da pauta, referente ao relato da visita no presídio feminino**, que iria ser relatado pela conselheira Katia, **fica para a próxima reunião**. Sem mais a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a seguinte ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e pelas conselheiras presentes, para que surta os efeitos legais.

